

GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA NAS CIDADES DO VALE DO ITAJAÍ¹

Lizandra Maysa Marcilio², Valkyrie Vieira Fabre³

¹ Vinculado ao projeto “Comportamento de custos públicos”

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – CEAVI – Bolsista PIVIC/UDESC

³ Orientadora, Departamento de Ciências Contábeis – CEAVI – valkyrie.fabre@udesc.br

A gestão ambiental pública é uma área multidisciplinar que abrange várias frentes de trabalho com o objetivo de proteger e preservar o meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável. Em nível local, a gestão ambiental assume um papel crucial na garantia de um ambiente saudável para a população e nas políticas de uso responsável dos recursos naturais. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os gastos relacionados à gestão ambiental em municípios localizados na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, Brasil.

O estudo adota uma abordagem descritiva e quantitativa, baseando-se em levantamento de dados documentais. A análise se concentra nos gastos públicos destinados à função de gestão ambiental no período de 2015 a 2022. Para coletar os dados necessários, foram utilizadas informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que incluem dados detalhados sobre as despesas por função e subfunção. Além disso, foi coletada a Receita Corrente Líquida (RCL) como um indicador-chave para avaliar o contexto financeiro dos municípios. Os dados sobre a Despesa Total e a Despesa com Gestão Ambiental foram analisados para entender como os recursos públicos são alocados na gestão ambiental. Os procedimentos documentais para a coleta de dados basearam-se em informações contidas nos balanços e demonstrativos contábeis dos municípios, acessados através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Siconfi).

Esta pesquisa é uma continuação de um estudo anterior realizado por Rosa, Fabre e Dallabona (2015), que coletaram dados até 2014. No presente estudo, o foco é a continuação dos gastos ambientais nos municípios que declararam estado de calamidade pública devido a desastres ambientais até o ano de 2022. A análise abrange um total de 14 municípios catarinenses no Vale do Itajaí que enfrentaram desastres naturais e declararam estado de calamidade pública em algum momento. Esses municípios incluem Benedito Novo, Blumenau, Brusque, Camboriú, Gaspar, Ilhota, Itapoá, Itajaí, Luiz Alves, Nova Trento, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

A Tabela 1 demonstra os gastos totais dos municípios, observa-se grande diferença em valores. A Tabela 2 fornece uma visão detalhada dos valores relacionados às despesas de Gestão Ambiental. Destaque-se que, de acordo com o gráfico, os municípios de Blumenau, Brusque e Itajaí apresentam os valores mais elevados. É importante notar também que alguns municípios não alocaram recursos para a gestão ambiental em determinados anos. Especificamente, Benedito Novo não destinou recursos de 2015 a 2018, Gaspar de 2018 a 2022, Nova Trento de 2015 a 2022, e Rodeio de 2015 a 2022. Essa situação é motivo de preocupação, especialmente porque todos os municípios da amostra enfrentaram desastres ambientais ao longo da última década.

Ao analisar os resultados, torna-se evidente que há disparidades significativas na alocação de recursos para a gestão ambiental entre esses municípios. Alguns deles investem quantias consideráveis na gestão ambiental, enquanto outros dedicam recursos mínimos ou até mesmo nenhum recurso, mesmo após terem declarado estado de calamidade pública.

Esta pesquisa tem implicações importantes no contexto da análise fiscal cidadã, pois fornece informações valiosas que podem ser usadas pelos cidadãos para avaliar como seus recursos públicos estão sendo gastos em relação à gestão ambiental. Além disso, os resultados podem ser uma ferramenta útil para os gestores municipais, permitindo-lhes comparar seus gastos com os de outros municípios na mesma região. A relevância deste estudo também se destaca quando consideramos a importância da gestão ambiental em um estado como Santa Catarina, que enfrenta desafios frequentes relacionados a desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra.

A gestão ambiental pública desempenha um papel fundamental na mitigação desses eventos e na promoção da sustentabilidade ambiental. Portanto, compreender como os recursos são alocados nessa área é crucial para o bem-estar das comunidades locais. Em última análise, deve ser vista como um compromisso comum de todos, pois suas ações afetam não apenas a geração atual, mas também as futuras. É essencial reconhecer as implicações das atividades humanas no meio ambiente, uma vez que essas atividades desempenham um papel significativo na origem dos problemas ambientais que afetam não apenas a natureza, mas também a humanidade como um todo. Portanto, investir de forma adequada e eficaz na gestão ambiental é essencial para garantir um futuro sustentável para todos.

Tabela 1. Despesa total empenhada.

	DESPESA TOTAL EMPENHADA							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
BENEDITO NOVO	22.074.752,89	23.657.760,50	26.386.983,72	28.432.566,50	30.286.586,10	38.554.653,44	40.757.680,54	50.191.569,40
BLUMENAU	1.200.401.112,68	1.303.871.511,31	1.394.618.118,67	1.582.054.827,49	1.642.370.652,89	1.693.391.922,03	1.933.944.841,90	2.204.204.420,58
BRUSQUE	320.515.016,76	337.519.596,09	343.105.638,88	374.615.979,70	439.441.719,52	503.327.292,84	560.485.182,92	670.114.917,71
CAMBURIÚ	152.426.972,69	160.312.920,56	156.080.275,75	182.435.859,76	198.469.277,34	228.288.709,30	253.818.829,05	326.331.326,56
GASPAR	164.065.705,26	186.638.029,68	173.394.288,70	222.473.877,07	264.757.764,94	266.145.701,16	315.326.703,80	414.633.519,22
ILHOTA	37.616.380,71	34.912.563,24	44.999.501,83	52.691.287,08	53.464.591,17	62.619.714,29	82.552.290,75	106.253.838,87
ITAJAÍ	1.078.994.657,22	1.089.992.354,71	1.131.925.773,03	1.321.576.857,53	1.555.598.015,80	1.675.748.528,90	1.935.243.202,16	2.221.856.611,90
ITAPOÁ	72.617.203,68	75.945.369,46	84.940.550,29	98.310.744,33	141.370.301,76	136.806.838,00	153.303.758,39	245.546.848,41
LUIS ALVES	30.613.240,17	33.425.556,41	37.693.465,93	42.469.642,47	52.669.284,19	48.420.999,99	57.285.108,99	rascunho (MSC)
NOVA TRENTO	36.466.014,74	40.821.570,13	41.708.381,21	44.786.068,23	51.844.322,02	66.018.940,71	67.200.985,88	81.887.282,67
POMERODE	104.444.350,00	113.364.813,60	117.942.263,80	129.974.414,40	155.883.018,90	177.526.629,60	173.488.975,40	204.007.881,07
RIO DOS CEDROS	25.072.257,03	29.134.315,93	29.312.477,17	32.290.487,42	36.583.885,70	37.452.557,43	51.108.643,19	66.264.522,75
RODEIO	25.244.317,07	26.366.708,26	29.253.375,58	31.256.195,03	33.419.775,54	39.809.297,01	42.888.239,97	50.138.182,47
TIMBÓ	124.760.411,51	129.248.444,40	133.326.237,91	149.235.795,13	177.654.536,13	188.249.040,86	214.669.516,36	262.346.133,14

Tabela 2. Despesa Gestão Ambiental.

	DESPESA GESTÃO AMBIENTAL							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
BENEDITO NOVO	0,00	0,00	0,00	0,00	198.998,98	193.360,43	227.531,14	271.633,90
BLUMENAU	3.989.639,71	4.700.449,19	4.762.306,53	5.542.249,66	5.876.591,48	5.655.534,24	7.805.719,53	11.207.015,21
BRUSQUE	14.180.724,04	8.287.785,33	3.375.828,49	5.475.982,55	5.073.601,77	4.131.925,68	5.859.891,35	9.546.830,44
CAMBURIÚ	678.464,93	1.166.758,98	611.356,39	1.133.117,28	749.888,47	878.930,21	1.068.300,31	1.202.067,53
GASPAR	2.316,48	2.956,02	43,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ILHOTA	124.575,95	67.589,51	208.565,55	343.402,50	515.927,42	545.997,61	506.014,86	642.376,71
ITAJAÍ	915.272,02	923.000,93	861.058,04	847.253,86	1.083.740,27	1.162.019,81	849.747,94	1.752.981,34
ITAPOÁ	357.936,16	416.966,49	639.366,85	693.277,66	1.704.119,25	1.220.008,34	1.015.453,18	1.745.636,90
LUIS ALVES	20.308,10	19.979,20	5.275,10	321.842,63	390.728,38	451.834,30	473.693,61	RASCUNHO (MSC)
NOVA TRENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POMERODE	125.328,16	118.886,07	150.371,82	189.082,24	367.964,28	202.083,26	262.172,00	553.672,13
RIO DOS CEDROS	31.967,50	12.940,85	30.994,00	28.282,43	95.075,11	103.591,02	115.494,38	114.786,52
RODEIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TIMBÓ	423.697,44	307.374,95	508.139,74	459.529,21	639.006,58	826.860,53	805.265,44	903.059,69

Palavras-chave: Impactos ambientais; Municípios Catarinenses; Gestão Ambiental.